



O CURSO DE PEDAGOGIA ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

Rosemary da Silva Souza

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
maryy_souza2010@hotmail.com

Isis Caroline Ramos de Oliveira

Universidade estadual de Alagoas (UNEAL)
oliveiraisis5@gmail.com

Lealdo Matos de Almeida

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)
lealdo.cojuec@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: pedagogia. formação. docência.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o curso de pedagogia no Brasil esteve sempre permeado de questões a respeito de sua identidade e do profissional que forma. Em alguns momentos dos mais de sessenta anos de existência do curso o pedagogo tem classificado como técnico/especialista em educação, em outros como estudioso da educação e em outros momentos como professor, e no momento atual é conhecido como licenciado em pedagogia. Podemos perceber aí que a identidade do curso de pedagogia é de um curso de formação de professores e a do pedagogo (licenciado em pedagogia) de educador.

A ideia para construção deste trabalho surgiu a partir do percurso acadêmico da disciplina Introdução a Prática Profissional e ao Curso e tem como objetivo estreitar a relação

entre os alunos de primeiro período do Curso de Pedagogia com a prática docente. Para a construção deste trabalho foi utilizado pesquisas em referencial teórico como também entrevistas com profissionais docentes.

Este artigo está estruturado em duas partes, a primeira traz um breve histórico e os principais marcos legais do curso de pedagogia Brasil e a segunda parte um diálogo com dois profissionais docentes que atuam na área de educação infantil, e apontam os desafios da formação (graduação em pedagogia) e da prática docente. Tem como objetivo estreitar a relação dos estudantes do curso de pedagogia com a prática docente a partir da abordagem histórica e dos aspectos legais, dando ênfase aos desafios enfrentados por esses profissionais.

O curso de pedagogia chegou ao Brasil na década de trinta, com a aprovação do decreto lei nº 1,190 de 04 de abril de 1939, por organização da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, tendo em vista a formação de bacharéis e licenciados. O presente decreto também deixa fixado o currículo e a duração do curso para todas as instituições do país.

Para formar o bacharel (técnico em educação) seria necessário um curso teórico de três anos baseado na racionalidade técnica, após os quais o bacharel poderia cursar didática com duração de um ano para obter a formação de licenciado (professor), esse processo ficou conhecido como esquema 3+1.

Um dos principais problemas enfrentados pelo curso de pedagogia na sua gênese foi à separação entre bacharelado e licenciatura, que conseqüentemente vinha a separar o conteúdo do método, ou seja, a teoria da prática. “Por fim, a exclusão da didática geral e especialmente da formação de bacharel em pedagogia torna a identidade desse profissional ainda mais obscura.” (SILVA, 2006, p.13).

Além do problema da formação, tanto o licenciado como bacharel enfrentam o desconforto da indefinição do campo de trabalho.

Percebe-se aí uma dicotomia na formação deste profissional que de acordo com o curso poderia atuar como técnico em educação (bacharelado), ou professor (licenciado) que poderia lecionar Matemática, História, Estudos Sociais no ensino secundário (primeiro ciclo), ou até mesmo disciplinas pedagógicas no Curso Normal (ensino secundário).(PEREIRA,2011, p)

Neste contexto podemos perceber que o pedagogo enfrenta o problema da falta de identidade profissional desde a gênese do curso de pedagogia, pois, sua formação não lhe deixa nenhuma função definida, nem campo de atuação específico.

Na década de sessenta o curso de pedagogia sofre pequenas alterações no currículo em decorrência da aprovação pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 1961 da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 e a regulamentação do Parecer CFE 251/62, de autoria do Professor Valnir Chagas, que mantiveram o esquema 3+1 onde foi proposto um currículo mínimo para o curso de pedagogia.

O referido parecer traz uma discussão sobre manutenção ou extinção do curso devido à acusação de falta de conteúdo próprio, já que a formação de professor primário era feita em nível superior e a de técnico em educação nos cursos de pós-graduação.

Descartando então a ideia de extinção de o curso, o conselheiro trata de oferecer algum elemento para a identificação do trabalho do pedagogo, indicando o técnico em educação como o profissional a ser formado pelo bacharelado. Apresentado como um profissional ajustável a todas as áreas não docentes da atividade educacional [...] a licenciatura em função da formação de professor para as disciplinas pedagógicas do curso normal. (SILVA, 2006, p. 51-52).

Segundo Silva (2006) o currículo era outro problema de insatisfação dos estudantes da época, pois, era visto como enciclopédico e generalista. Percebe-se aí que essas pequenas alterações no currículo não deram conta de resolver os problemas anteriores.

Em 1969, em decorrência da Reforma Universitária instituída pela Lei 5.540/68, o Conselho Federal de Educação aprovou nova regulamentação para o curso de pedagogia, através do Parecer 252/69.

O curso de pedagogia ainda discute a insegurança e insatisfação dos estudantes e profissionais ligados a esse campo, e ganhava força para reformular não só as disciplinas como também a estrutura curricular. “Essa ultima regulamentação existente abole a distinção entre bacharelado e licenciatura, mas, mantém a formação de especialista nas várias habilitações, no mesmo espírito do parecer CFE 251/62.” (LIBÂNEO, 2005, p.46).

O referido também de autoria do professor Valnir Chagas, diante do qual permanece fragmentada a formação do pedagogo, à medida que fixava um currículo mínimo para o curso de pedagogia, criando habilitações específicas para cada atividade educacional, como

orientação, administração, supervisão e inspeção escolar sofrendo influências diretas da concepção tecnicista.

A partir desse parecer ficou fixado que com um só diploma (licenciado), seria um profissional habilitado para exercer a função de professor do curso normal, e tendo condições de formar professores para educação infantil, logo seria capaz de ser o próprio professor.

Foi nesse modelo que o curso de pedagogia perdurou por mais de 30 anos, enfrentando os vários problemas e dilemas já mencionados e, portanto, sem que tenham encontrado uma definição da identidade e do campo de trabalho específico do pedagogo. (PEREIRA, p. 2011)

Nas décadas de setenta e oitenta o conselheiro Valnir Chagas elaborou uma série de documentos, enviados ao Conselho Federal de Educação que visava à reestruturação dos cursos de formação do magistério no Brasil, partindo da ideia de formar o especialista no professor. Onde volta a discussão da identidade do curso, pode ser considerado um dos mais importantes e ricos momentos da história do curso de pedagogia, uma vez que, as discussões se acirram com a participação de professores e estudantes universitários em defesa do curso de Pedagogia. Assim, esse movimento mantendo-se ativo até hoje. Tendo realizado encontros nacionais, congressos e seminários regulares, cujos documentos são considerados como uma grande referência à construção da identidade do pedagogo e do curso de pedagogia.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 introduziu novos indicadores na formação de profissionais da educação básica. A presente formulação legal destina o curso de pedagogia à formação de professores para a educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental, para o ensino nos cursos de nível médio, na modalidade normal; ao ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar, à atividade de organização e gestão educacional como também à atividade de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico da atividade educacional.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação de no 1 de 15 de maio de 2006, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais(DCN) para o curso de licenciatura em pedagogia, as quais estão definem os princípios, as condições, planejamento, avaliação e os procedimentos dos processos de ensino aprendizagem, bem como aspectos da formação do licenciado. A partir da promulgação das DCNs o curso de pedagogia tem sua identidade voltada para formação de professores. Assim como afirma o artigo 2º da resolução CNE/CP nº 1 de 2006.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia aplicam-se a formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de ensino médio, na modalidade Normal, e em curso de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Assim como a LDBEN o seu art. 67 parágrafo único classifica como professores ou docentes os que estão no exercício da docência em qualquer composição da educação escolar em seus níveis e etapas como é o caso do ensino presencial em sala de aula, e esses são o patamar mínimo para outras funções e magistério.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O trabalho abordado é de cunho qualitativo, fazendo uso de fundamentações teóricas e pesquisa de campo, como entrevista a profissionais docentes que mostram as dificuldades da formação e da prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização deste artigo foi necessário buscar de profissionais atuantes e que já são formados na área para termos melhor compreensão sobre a realidade de um educador e seus saberes utilizados em sua prática cotidiana.

Foram entrevistados dois profissionais da área e ambos concluíram no ano de 2010, são professores atuantes há dois anos. Neste contexto iremos identificar os professores como P1 e P2, para melhor compreender e identificar no texto as falas e os desafios apontados cada um.

É interessante quando os professores ressaltam que a prática é completamente diferente da teoria e que essa teoria muitas vezes não dá suporte suficiente para encarar uma realidade totalmente diferente daquelas que provavelmente imaginamos quando estamos cursando e estudando com mais ênfase estas teorias, porém, quando nos deparamos com a realidade ficamos assustados e muitas vezes achamos que o que estudamos não irá nos ajudar a encarar essa realidade.

Na graduação, os professores consideram como saberes imprescindíveis à atuação como docente, as oficinas de educação infantil por que segundo eles é a base de tudo, além de ser

muito gratificante trabalhar com criança, e por que o que aprendemos no curso de graduação serve como base inicial para nossa prática.

Os professores ressaltam que as disciplinas que foram vistas na graduação que trouxeram mais conhecimentos foram as da Educação Infantil e Psicologia da educação, pois ajudaram entender as crianças e os processos de aprendizagem, afirmam P1 e P2.

É importante focarmos nestas disciplinas, pois são de extrema importância para nós que desejamos atuar nesta área, que é uma área na qual merece mais cuidado, pois estaremos trabalhando com seres ainda em desenvolvimento e é preciso conhecer com mais atenção estes processos de aprendizagem que leva o ser humano à aquisição de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho podemos perceber que o professor (licenciado em pedagogia) ainda enfrenta problemas em sua formação como, por exemplo, muita teoria e pouca prática que muitas vezes se torna um desafio para o trabalho docente, fazendo com que o professor busque outras fontes para aprofundar e auxiliar os conhecimentos adquiridos na graduação.

Dessa forma podemos chegar à conclusão que quando temos preparação nos sentimos mais dispostos a lutar por nossos objetivos e enfrentar os obstáculos sem medo, conseguirmos buscar nesta preparação (curso de graduação em pedagogia) suporte para encararmos e superar todas as dificuldades encontradas de forma direta ou indireta, pois não ficamos limitados apenas naquilo que vimos na graduação, mas, estamos em constante busca de saberes independentemente da área, as quais atuam.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Samara Lopes Guerra. *Formação do pedagogo: Fundamentos legais e atribuições no curso de pedagogia* (1939-2006).

LIMA, Emília Freitas, cap. I. *Formação de professores: passado, presente e futuro*/ Lizete Shizue Bomura Macel, Alexandre Shigunov Neto (organizadores), São Paulo, Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos e pedagogos para que?* 8 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

SILVA, Carmem Silva Bissolli da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*, 3 ed. Campinas-SP, Autores Associados, 2006.